



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680222 - SP (2021/0219583-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FELIPE AMORIM PRINCIPESSA - SP271727
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : HENRIQUE RODRIGUES ROCHA DE OLIVEIRA (PRESO)
PACIENTE : RONALD NASCIMENTO XAVIER (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de HENRIQUE RODRIGUES ROCHA DE OLIVEIRA e RONALD NASCIMENTO XAVIER em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500603-45.2020.8.26.0536).

Os pacientes foram condenados pela prática do crime previsto no art. 157, § 2º, II, c/c o art. 71, ambos do Código Penal, tendo-lhes sido aplicadas as penas de 6 anos, 2 meses e 20 dias de reclusão no regime inicial fechado e de 26 dias-multa.

A impetrante sustenta a inidoneidade dos motivos apresentados para justificar a imposição do regime inicial fechado aos pacientes, porquanto estariam fundados apenas em elementos constitutivos do tipo penal imputado. Afirma que no caso estão preenchidos os requisitos objetivo e subjetivo para a fixação do regime semiaberto para o início do cumprimento das penas.

Requer, liminarmente, a colocação dos pacientes em regime semiaberto até o julgamento deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

A sentença penal condenatória justificou a imposição do regime inicial fechado mediante alusão ao *modus operandi* empregado pelos pacientes na execução do crime patrimonial, destacando-se especialmente a forma como intimidaram as vítimas, o

que, na perspectiva do julgador, demonstrou a elevada periculosidade dos agentes (fl. 47).

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente